



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PROJETO BÁSICO - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES**

**1 - INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

**2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada para a realização de 3(três) cursos que compõem a trilha de aprendizagem denominada “Conversação e Fluência em Língua Brasileira de Sinais-Libras”, para capacitar um total de até 15 servidores por curso.

A capacitação será realizada em Porto Velho, com carga horária de 20 (vinte) horas para cada curso, totalizando 60 horas, na modalidade de Ensino Presencial, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada, discriminados no item 2.1.

**2.1 Cronograma dos cursos:**

Curso I - Linguística Aplicada a Língua de Sinais e Prática de conversação: 02 a 06/09/2019

Curso II - Conversação e Fluência em Libras - Nível II:  
07 a 11/10/2019

Curso III – Conversação e Fluência em Libras - nível - III:  
04 a 08/11/2019



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Identificando-se a necessidade, as datas poderão ser reprogramadas, por interesse da Administração e em comum acordo com a Contratada.

### **2.2 Dados da instituição promotora**

Razão Social: ACELIBRAS- Consultoria, Treinamento e Desenvolvimento

CNPJ; 26.831.638/0001-68

Endereço: Presidente Dutra, nº 2821, centro, Porto Velho/RO.

Contato: Neide Alexandre do Nascimento

e-mail: [neidenascimento@pvh@gmail.com](mailto:neidenascimento@pvh@gmail.com)

Tel. 69 99209-5363 / 99265-4802

Dados Bancários: Banco Santander, Ag. 3253 Centro, C/C 000130020494

### **2.3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Os temas a serem abordados estão indicados no Evento SEI [0436758](#).

## **3 - JUSTIFICATIVA:**

### **3.1. Da Necessidade:**

A Língua Brasileira de Sinais (Libras), língua oriunda de comunidades de pessoas surdas do Brasil, é reconhecida pela Lei Federal nº 10.436/2002 como meio legal de comunicação e expressão no Brasil. Esse reconhecimento confere à Libras o *status* de Língua Oficial, sendo portanto considerada nossa segunda Língua. Dada essa constatação, compreende-se que não há mais motivos, passados 15 anos de promulgação da Lei, para que não seja ensinada a todos os servidores da Justiça Eleitoral para que possam minimamente se comunicar dessa forma.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em face dessa realidade, a Secretaria de Gestão de Pessoas, com o intuito de capacitar todos os servidores, vem realizando capacitações, utilizando-se dos recursos de trilha de aprendizagem e formações presenciais, para que ao longo dos próximos anos todos tenham condições de se comunicar com a pessoa surda. Em 2017 foi realizada a primeira formação presencial, sendo repetida em 2018 e agora neste ano para outro público e para servidores que, por algum motivo não tenham conseguido completar a contento as primeiras formações.

A capacitação básica em Libras, no entanto, confere aos participantes os conhecimentos rudimentares que, caso não treinados, não os tornarão aptos à conversação fluente e, conseqüentemente, ao atendimento dos cidadãos. Faz-se necessário ampliar a capacidade de diálogo dos servidores anteriormente instruídos, de forma que adquiram fluência, relembrem conceitos e ampliem vocabulário, bem como as habilidades motoras necessárias à aprendizagem dessa língua. Essa é a primeira vez que nosso regional forma uma turma para o aperfeiçoamento de conhecimentos e habilidades nessa língua e estimamos que esta prática seja reiterada, ao menos, com frequência anual. Dessa maneira, mantida a consistência da formação, teremos nos próximos anos fluência na conversação e tradução em libras em um conjunto importante de servidores.

A capacitação encontra-se prevista no Plano Anual de Capacitações 2019, registrado sob nr. 20190106.

### **3.2. Da inexigibilidade de Licitação:**

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

*“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.*

#### **3.2.1. Da singularidade do serviço:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A capacitação em "Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS" versa sobre conteúdo específico de conhecimento da Língua Brasileira de Sinais, facilitando a comunicação e compreensão entre pessoas surdas e ouvinte. A aplicação dos conceitos nela envolvidos dependerá da cultura organizacional, da reação dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre instrutor e turma. A intervenção pessoal do docente é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente.

### 3.2.2. Da escolha do notório especialista:

Para a execução do presente objeto, optou-se pela instrutora **Neide Alexandre do Nascimento e sua equipe**, cuja formação e qualificações estão descritas em seu currículo (evento [0436758](#)) ou pelo link <http://lattes.cnpq.br/2966347434210300>. Sua experiência como instrutora em treinamentos na área de língua de sinais a qualificam como **notório especialista** na matéria.

Nessa conformidade, considerando que a escolha, segundo o teor do §1º, do art. 25, insere-se no campo da discricionariedade, entende-se que o escolhido reúne todas as condições e atributos que permitem inferir que o mesmo é o mais adequado à plena satisfação dos objetivos colimados.

### 3.2.2. Da escola de empresa fornecedora

Durante as pesquisas de mercado, verificou-se que a instrutora escolhida atende apenas pela ACELIBRAS - Consultoria, Treinamento e Desenvolvimento, empresa especializada em curso desta área.

Considerando-se ainda que a empresa atendeu à solicitação de direcionamento do conteúdo programático do curso para o setor público e que, conforme pesquisa desta coordenadoria, já realizou curso nesta capital, inclusive para este regional, optou-se por essa negociação.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**3.3. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** – A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor

## **4 – DO VALOR**

O valor a ser contratado por curso é de R\$ 3.450,00 (três mil e quatrocentos e cinquenta reais), num total de **R\$ 10.350,00 (dez mil, trezentos e cinquenta reais)** para os três cursos. Resultando o custo por pessoa, caso se concretize a formação de turma de 15 servidores por curso, em R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais).

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

4.1. Da avaliação de custo proporcional ao benefício e compatibilidade com o mercado:

O valor cotado para o treinamento é semelhante oferecido no exercício anterior (Evento [0266654](#)), o qual foi devidamente demonstrado como compatível com o mercado.

Considerando-se que a empresa fornecedora manteve o valor semelhante, com pequeno ajuste em relação ao exercício anterior, esta Coordenadoria entende que o investimento permanece compatível e vantajoso para este regional.

## **5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PLANO INTERNO	ERO TREINA
VALOR	<b>R\$ 10.350,00 (dez mil, trezentos e cinquenta reais)</b>

### **6- DO PAGAMENTO**

A Contratante efetuará o pagamento, **após o encerramento de curso**, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

### **7- DO CONTRATO**

I - O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.

IV - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

VI - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

### **8- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE**

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

1. Disponibilizar local para o curso;
2. Informar à empresa contratada os dados dos servidores;
3. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura.
4. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.

### **9- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**

São obrigações da empresa contratada:

1. Garantir a realização do curso, conforme descrito na proposta em anexo ([0436758](#));
2. Fornecer material didático e certificado e coffee break;
3. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública/ Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação), com o CNJ (Certidão Negativa de Improbidade Administrativa) e perante a Justiça Trabalhista;
4. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos certificados.

### **10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 7, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

## **11 – DAS GARANTIAS**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.

## **12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao conteúdo programático nos dias constantes na proposta registrada no evento [0436758](#).

## **13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento: será verificada a confirmação do evento no prazo definido e a regularidade fiscal da empresa.
2. Durante a execução do evento: verifica-se a regularidade das aulas, o cumprimento dos horários, a presença do instrutor, o fornecimento dos materiais e todos os itens inclusos na contratação.
3. Após a execução do evento: verifica-se o cumprimento da carga-horária, a avaliação do evento pelos participantes e a emissão dos certificados e Nota Fiscal.

A eventual remarcação dos treinamentos deverá ser informada conforme os prazos estabelecidos no item 5 das obrigações da contratada. A não realização até o dia 30 de setembro ensejará a formulação de termo aditivo ou a apuração de inexecução do contrato.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

## **14 – DOS ANEXOS**

a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto à Receita Federal/ INSS, ao FGTS, ao CNJ e à Justiça Trabalhista,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Eventos [0436820](#), [0436821](#), [0436822](#) e [0436823](#)) portanto apta a contratar com a Administração Pública.

b) Proposta (Evento [0436758](#)).

---

Documento assinado eletronicamente por **ELZA MARIA SANZOVO GRANO, Chefe de Seção**, em 31/07/2019, às 15:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001813-39.2019.6.22.8000

INTERESSADO: sedes

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – CURSO FECHADO –  
" Conversação e Fluência em Língua Brasileira de Sinais-Libras ”

**PARECER JURÍDICO Nº 0442791 / 2019 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL – SEDES, com vistas a contratar a empresa **ACELIBRAS- Consultoria, Treinamento e Desenvolvimento CNPJ: 26.831.638/0001-68**, para a realização de 3 (três) cursos que compõem a trilha de aprendizagem denominada “**Conversação e Fluência em Língua Brasileira de Sinais-Libras**” para uma turma de até 15 (quinze) servidores deste Tribunal Regional Eleitoral, a serem realizados nesta Capital, com uma carga horária de 20 (vinte) horas para cada curso, totalizando 60 (sessenta) horas, na modalidade Ensino Presencial, conforme agendamento adequado aos participantes e à empresa contratada ([0436754](#)).

**02.** Dimensionou-se o valor por pessoa em R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais). Cada curso custará R\$ 3.450,00 (três mil quatrocentos e cinquenta reais), totalizando R\$ 10.350,00 (dez mil trezentos e cinquenta reais) caso se concretize a formação da turma de 15 servidores, conforme item 4 do Projeto Básico SEDES ([0436829](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**03.** Visando conferir a regularidade da empresa, juntou-se aos autos: Certidão Negativa de Cadastro no FGTS ([0436820](#)); Certidão Negativa Tributos Federais ([0436821](#)); Certidão Negativa Trabalhista ([0436822](#)) e Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0436823](#)).

**04.** O conteúdo e a data do curso estão devidamente descritos na Proposta Acelibras ([0436758](#)).

**05.** Verifica-se que consta, ainda, no referido Projeto Básico SEDES ([0436829](#)), a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento e de contrato, as obrigações do TRE e da contratada, as penalidades, garantias, o prazo de execução e quanto a gestão e fiscalização.

**06.** A SEDES encaminhou por e-mail ([0440193](#)) o Projeto Básico para ciência ao representante da empresa proponente. Pelo e-mail constante no evento [0440633](#) a empresa deu ciência.

**07.** Por intermédio do Despacho n. 3600 ([0441731](#)), a Secretária de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade direcionou os autos à COMAP para a análise do Termo de Referência/Projeto Básico e seus anexos, em seguida à COFC para programação orçamentária da possível despesa, e, por último, a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico.

**08.** A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação do Projeto Básico, nos termos do inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE/RO n. 004/2008, concluiu que o Projeto Básico ([0436829](#)), complementado pela proposta da empresa, encontra-se em consonância com as normas gerais de contratação estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93, ao tempo que se manifestou, caso a Autoridade Superior aprove o PB, pela adjudicação do objeto à proponente ([0441921](#)).

**09.** A SPOF ([0442706](#)) procedeu a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 10.350,00 (dez mil trezentos e cinquenta reais)**, indicando o Plano Interno ERO TREINA e o Pré-Empenho n. 2019PE000222, para custear a despesa, oportunidade em que a unidade informou que *a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro, com a proposta orçamentária 2019 registrada no processo n. 0000017-47.2018.6.22.8000.*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**10.** Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta AJDG para emissão de parecer jurídico. **É o relatório.**

## **II - DA ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1 DOS REQUISITOS LEGAIS: SINGULARIDADE E NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO – ART. 13, inciso VI, DA LEI N. 8.666/93.**

**11.** A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de exceções à regra geral.

**12.** Não por outro motivo, a Lei n. 8.666/93 disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

**13.** Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração de contratar serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal - situação definida pela Lei de Licitações em seu **art. 13, inc. VI** - tem aplicação, em princípio, a inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I – [...]

**II** - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

[...]

**14.** Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu ser inexigível a dispensa de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13, do Código de Licitações. Assim, cuidou de qualificar tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: **a) natureza singular; e b) prestação por profissionais ou empresas de notória especialização.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**15. Quanto à singularidade**, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

**16.** A esse propósito, veja-se a lição de **Jacoby**: “Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preços, de dimensões, de localidade, de cor ou de forma (Fernandes JU Jacoby – Contratação direta sem licitação, 7º ed, Belo Horizonte, Fórum, 2007, p. 596).

**17.** E, de tal jaez é a posição consolidada pela Corte de Contas (**Acórdão TCU n. 2993/2018 – Plenário**):

**23.** Em sintonia com a Suprema Corte, o Min. Benjamin Zymler relatou o Acórdão 7.840/2013-TCU-Primeira Câmara, que serviu de base para uma série de outros julgados deste Tribunal, a exemplo do Acórdão 1.585/2016-TCU-Plenário (relatado pelo Min. Walton Alencar Rodrigues) e do precitado Acórdão 10.940/2018-TCU-Primeira Câmara.

**24.** No voto que fundamentou aquele *decisum*, o relator reiterou que o conceito de singularidade não está vinculado à ideia de unicidade, pois não é exigível, para fins de subsunção ao art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993, que um serviço que possa ser prestado exclusivamente por uma única pessoa.

**25.** Além disso, restou consignado, também, que a singularidade pressupõe complexidade e especificidade, devendo ser compreendida como uma situação diferenciada e sofisticada que exige grande nível de segurança, restrição e cuidado.

**18.** Como registrado no acórdão acima transcrito, as decisões mais recentes do TCU caminham no sentido da demonstração - tão só - da singularidade para caracterizar a inexigibilidade competitiva para a contratação desse tipo de serviço técnico. Todavia, mesmo que assim não fosse, há nos autos farta comprovação da **notória especialização da empresa a ser contratada** atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo **art. 25, § 1º da Lei n. 8.666/93**, *verbis*:

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

**§ 1º** Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**19.** Referida comprovação, por sua vez, também atende à **recomendação** contida em decisões majoritárias do TCU, **todas** exigindo a demonstração de ambos os requisitos, *vg*:

### **Decisão TCU n. 103/98 – Plenário:**

**1.6** - somente realize a contratação sem licitação com base na notória especialização do contratado (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93) quando houver inviabilidade de competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, a qual não será subcontratada, caso em que se caracterizaria a inviabilidade de competição.

**20.** Em arremate, releva transcrever ementa do voto do **Ministro Eros Grau**, proferido nos autos da **Ação Penal AP 348/SC**. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

**EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL.** A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (DJ 03/08/07 p.30). (**Grifou-se**).

**2.2 DOS REQUISITOS LEGAIS: RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8.666/93.**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**21.** Embora se trate de capacitação que pode ser contratada diretamente, a Lei n. 8.666/93 estabelece a observância de alguns **requisitos legais de caráter genérico** aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; **b)** a justificativa do preço. Veja-se:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

**22.** As exigências dos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame. Já a **escolha do fornecedor e a justificativa do preço estão demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas nos itens 2, 3 e 4 do Projeto Básico ([0436829](#)) elaborado pela **SEDES**, esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos.

### **III - DA CONCLUSÃO**

**23.** Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica conclui:

I – pela possibilidade da contratação direta da empresa **ACELIBRAS- Consultoria, Treinamento e Desenvolvimento CNPJ: 26.831.638/0001-68**, para ministrar o curso **“Conversação e Fluência em Língua Brasileira de Sinais-Libras”** com fundamento no **art. 25, II c/c art. 13, VI**, ambos da **Lei n. 8.666/93**, e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e, notadamente, na **Decisão TCU n. 439/1998-Plenário**; e,

II – pela regularidade do Projeto Básico ([0436829](#)), visto que, de acordo com as disposições do **art. 6º, IX da Lei n. 8.666/93**, no que





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

for aplicável, pode ser aprovado pela autoridade superior, para os efeitos do **art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações**.

**24.** Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62, da Lei n. 8.666/93 instrumento **idôneo e suficiente**, para regular a relação contratual, sendo de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada - ato já demonstrado nos autos ([0440193](#)).

**25.** Não obstante isso, diante do valor total do curso, orçado em **R\$ 10.350,00 (dez mil trezentos e cinquenta reais)**, para um público de 15 (quinze) servidores, não havendo redução de custo no caso de não se atingir o total das vagas disponíveis, uma vez que não se trata de curso aberto, no qual o ônus de eventual falta de interessados recai sobre a empresa promotora, mas sim de curso fechado, feito sob encomenda e com custo previamente acertado, **recomenda-se** que este Regional se esmere no intuito de que sejam inscritos no evento **o maior número possível de servidores**, principalmente diante do conteúdo programático de grande interesse, tudo com fulcro no **art. 3º, da Lei n. 8.666/93** e princípios que regem a Administração Pública, insculpidos no **art. 37 da Carta Magna**.

**26.** Cabe registrar que, caso necessário, deverão ser atualizadas as certidões que comprovem a regularidade da empresa **ACELIBRAS- Consultoria, Treinamento e Desenvolvimento** antes da efetivação da contratação.

**27.** Finalmente, com precedente no **Acórdão TCU nº 1336/06-Plenário**, entende-se desnecessária a publicação na imprensa oficial, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

À consideração da autoridade competente.

---

Documento assinado eletronicamente por **Camila Trindade da Silva, Estagiário**, em 07/08/2019, às 16:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 07/08/2019, às 16:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000753-31.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL – SEDES

ASSUNTO: Contratação da empresa especializada para a realização do curso “Conversação e Fluência em Língua Brasileira de Sinais-Libras”.

**DESPACHO Nº 3735 / 2019 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL – SEDES, com vistas a contratar a empresa **ACELIBRAS- Consultoria, Treinamento e Desenvolvimento CNPJ: 26.831.638/0001-68**, para a realização de 3 (três) cursos que compõem a trilha de aprendizagem denominada “**Conversação e Fluência em Língua Brasileira de Sinais-Libras**” para uma turma de até 15 (quinze) servidores deste Tribunal Regional Eleitoral, a serem realizados nesta Capital, com uma carga horária de 20 (vinte) horas para cada curso, totalizando 60 (sessenta) horas, na modalidade Ensino Presencial, conforme agendamento adequado aos participantes e à empresa contratada ([0436754](#)).

O conteúdo do curso está devidamente descrito na proposta constante no evento n. [0436758](#), onde consta a descrição da capacitação notória da especialista da empresa contratada para o treinamento e da própria empresa contratada.

Juntou-se aos autos as certidões negativas da empresa: Cadastro no FGTS ([0436820](#)); Tributos Federais ([0436821](#)); Trabalhista ([0436822](#)) e de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0436823](#)).

No Projeto Básico SEDES ([0436829](#)), constam a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento e de contrato, as obrigações do TRE e da contratada, as penalidades, garantias, o prazo de execução e gestão e fiscalização do contrato.

A COMAP concluiu que o Projeto Básico encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93 para contratação



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

direta com inexigibilidade de licitação, e se manifestou pela adjudicação do objeto à proponente ([0441921](#)).

A Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade - COFC procedeu à programação orçamentária e informou a existência do pré-empenho n. 2019PE000222 no valor de R\$ 10.350,00 (dez mil trezentos e cinquenta reais), cuja despesa encontra-se adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA) - evento [0442706](#).

A AJDG opinou pela possibilidade da contratação direta da empresa ACELIBRAS- Consultoria, Treinamento e Desenvolvimento, CNPJ; 26.831.638/0001-68 para realizar o curso “Conversação e Fluência em Língua Brasileira de Sinais-Libras”, com fundamento no art. 13, VI c/c o art. 25, II, ambos da Lei n. 8.666/93 e nos precedentes da Corte de Contas, notadamente na Decisão TCU n. 439/1998-Plenário. Opinou, também, pela dispensa da formalização de contrato e substituição pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93. Recomendou, ainda, que este Regional se esmere no intuito de que sejam inscritos no evento o maior número possível de servidores, devido ao custo previamente acertado e diante do conteúdo programático de grande interesse, tudo com fulcro no art. 3º, da Lei n. 8.666/93 e princípios que regem a Administração Pública, insculpidos no art. 37 da Carta Magna.

A SAOFC reconheceu a inexigibilidade de licitação, no exercício da competência descrita no inciso IX do art. 57 da Resolução n. 06/2015 TRE/RO e manifestou-se no mesmo sentido da AJDG ([0442822](#)), encaminhando os autos para deliberação desta Diretoria-Geral.

Como bem explanado pela Assessoria Jurídica, a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos da Decisão do TCU n. 439/1998 — Plenário, com fundamento no art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações.

Para tanto, a norma descrita no artigo 25, II, da Lei n. 8.666/93 exige o preenchimento de dois requisitos gerais: a natureza singular da contratação e a prestação dos serviços por profissionais ou empresas de notória especialização.

**Quanto à singularidade**, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que a aplicação dos conceitos da capacitação dependerá da cultura organizacional, da reação dos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre instrutor e turma. A intervenção pessoal do docente é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente.

**Quanto à notória especialização**, consta nos autos que a experiência da instrutora em treinamentos na área de língua de sinais a qualificam como **notório especialista** na matéria, cuja formação e qualificações estão descritas em seu currículo (evento [0436758](#)).

Além disso, o parágrafo único do artigo 26, da Lei de Licitações e Contratos estabelece a observância de alguns requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço**. Tais requisitos encontram-se demonstrados de forma satisfatória pelas razões expostas nos itens 3 e 4 do Projeto Básico ([0436829](#)).

Verifica-se que o evento em tela está em harmonia com o Programa Permanente de Capacitação dos Servidores da Justiça Eleitoral estabelecido pela Resolução do TSE n. 22.572/07 e com o Plano Anual de Capacitação de 2019, registrado sob o número 20190106, conforme informado pela Chefe da SEDES no item 3.1 do PB ([0436829](#)).

Convém mencionar que, com base no precedente no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário, entende-se desnecessária a publicação na imprensa oficial, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação é inferior ao patamar da dispensa legal.

Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se dispensada a formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual.

Dos documentos e informações carreados aos presentes autos, resta comprovada a regularidade de todo o trâmite processual para contratação do presente objeto, esta Diretora-Geral **RATIFICA** a inexigibilidade reconhecida pelo Secretário da SAOF e prevista no art. 25, II, da Lei n. 8.666/93 e, por conseguinte, com supedâneo no art. 1º, inciso I, da Portaria n. 66/2018:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**1 - Aprova o Projeto Básico**, inserto no evento [0436829](#), pois possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93;

**2 - Autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação**, com fulcro no art. 25, II c/c o inciso VI do art. 13, ambos, da Lei 8.666/93;

**3 - Autoriza a emissão de Nota de Empenho** em favor da empresa **ACELIBRAS- Consultoria, Treinamento e Desenvolvimento - CNPJ: 26.831.638/0001-68**, no valor de **R\$ 10.350,00 (dez mil trezentos e cinquenta reais)**, formalizando-se a contratação com entrega da Nota de Empenho à contratada, bem como;

**4 - Determina a publicação da dispensa apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE**, em respeito ao princípio da publicidade, uma vez que o valor da contratação situa-se nos patamares da dispensa legal, com fulcro no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#).

À SAOFC, para a continuidade, com vistas à contratação pretendida.

---

Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretor(a)-Geral - Em Substituição**, em 12/08/2019, às 17:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20190153

Disponibilização: 16/08/2019

Publicação: 19/08/2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE**

Espécie: Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93. Contratada: INSTITUTO DE EDUCACAO DE RONDONIA IERO EIRELI (ACELIBRAS - Consultoria, Treinamento e Desenvolvimento), CNPJ n. 26.831.638/0001-68. Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de 3 (três) cursos que compõem a trilha de aprendizagem denominada "Conversação e Fluência em Língua Brasileira de Sinais-Libras", para capacitar um total de até 15 (quinze) servidores por curso. A capacitação será realizada em Porto Velho/RO, com carga horária de 20 (vinte) horas



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para cada curso, totalizando 60 horas, na modalidade de Ensino Presencial. Fundamento legal para contratação: Art. 25, II c/c o inciso VI do art. 13, ambos da Lei 8.666/93, e Decisão TCU nº 439/98-Plenário. Justificativa: Necessidade de capacitação de servidores do TRE-RO. Declaração de Inexigibilidade: Parecer Jurídico Nº 0442791/2019 - PRES/DG/AJDG, de 07/08/2019, por SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, CPF n. 348.160.891-87, Assessora Jurídica. Ato de autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: Despacho n. 3735/2019 - PRES/DG/GABDG, de 12/08/2019, por AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, CPF n. 408.521.642-20, Diretora-Geral do TRE-RO em Substituição. Nota de Empenho: 2019NE000562, de 13/08/2019, Programa de Trabalho: 02122057020GP0011. Elemento Despesa n. 33.90.39.48. Valor: R\$ 10.350,00. Processo: SEI n. 0001813-39.2019.6.22.8000.

---

Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 16/08/2019, às 09:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 13Ago19 NUMERO: 2019NE000562 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA  
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA  
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133  
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL  
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 26831638/0001-68 - INSTITUTO DE EDUCACAO DE RONDONIA IERO EIRE  
ENDERECO : PRESIDENTE DUTRA 2821 SALA 02 CENTRO  
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76801-059  
TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, CONFORME PROJETO BÁSICO SEDES (0436829), PARECER JURÍDICO DA AJDG (0442791) E DESPACHOS 3735 DA DIRETORIA GERAL (0443720) E 3803 DA SAOPC (0444483).

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084772 0100000000 339039 000000 ERO TREINA

TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE

AMPARO: LEI8666 INCISO: 02 PROCESSO: 00018133920196228000

UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3

ORIGEM DO MATERIAL :

REFERENCIA: ART25/02 LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 10.350,00

DEZ MIL, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 48 -SERVICO DE SELECAO E TREINAMEN

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 10.350,00  
VALOR DO SEQ. : 10.350,00

SERVIÇO DE REALIZAÇÃO DE 3 (TRÊS) CURSOS QUE COMPÕEM A TRILHA DE APRENDIZAGEM DENOMINADA "CONVERSAÇÃO E FLUÊNCIA EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS-LIBRAS", PARA CAPACITAR UM TOTAL DE ATÉ 15 SERVIDORES POR CURSO, CONFORME PROJETO BÁSICO SEDES (0436829) DO PROCESSO SEI 0001813-39.2019.6.22.8000.

T O T A L : 10.350,00

AUREA CRISTINA SALDANHA  
OLIVEIRA:40852164220

Assinatura eletrônica de AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA  
CPF: 040852164220  
Data: 13/08/2019 14:54:55  
Assinatura eletrônica de FRANCISCO P. COSTA FILHO  
CPF: 16251784253  
Data: 13/08/2019 14:54:55

AUREA CRISTINA S O ARAGÃO  
ORDENADOR SUBSTITUTO

FRANCISCO PARENTES DA  
COSTA FILHO:16251784253

Assinatura eletrônica de FRANCISCO P. COSTA FILHO  
CPF: 16251784253  
Data: 13/08/2019 14:54:55  
Assinatura eletrônica de FRANCISCO P. COSTA FILHO  
CPF: 16251784253  
Data: 13/08/2019 14:54:55

FRANCISCO P. COSTA FILHO  
GESTOR FINANCEIRO